



INTERFACES DA MOBILIDADE COTIDIANA EM MUNICÍPIOS COM PEQUENAS CIDADES: RELAÇÃO ENTRE ESPAÇOS URBANOS E RURAIS EM BARRA DO CHOÇA/BA

LEMOS, Joscimara Nunes¹

RESUMO

Espaços urbanos e rurais mantêm relações interdependentes expressas, também, em fluxos contínuos de sujeitos na conformação da mobilidade cotidiana, desinentes da necessidade de acesso e de apropriação de bens e serviços, concentrados na pequena cidade, pelos sujeitos dos espaços rurais. Entretanto, essa dinâmica é negligenciada em documentos oficiais que preconizam as ações do poder público, sobretudo, municipal, como o Plano Diretor Urbano. Este artigo tem como objetivo analisar os reflexos da importância dada à questão em documentos oficiais na realidade concreta dos sujeitos residentes nos espaços rurais do município de Barra do Choça/BA. Para tanto, foram realizadas pesquisas teóricas, a coleta de dados qualitativos e quantitativos e a análise documental. Constatou-se que a incúria quanto à mobilidade cotidiana em documentos oficiais se reflete na negação dos sujeitos residentes nos espaços rurais e que as ações do poder público municipal para atender as demandas dessa dinâmica são paliativas e insuficientes.

Palavras-chave: Espaços urbanos e rurais; Mobilidade cotidiana; Plano Diretor Urbano.

INTERFACES OF DAILY MOBILITY IN MUNICIPALITIES WITH SMALL CITIES: RELATIONSHIP BETWEEN URBAN AND RURAL SPACES IN BARRA DO CHOÇA/BA

ABSTRACT

Urban and rural spaces maintain interdependent relations also expressed in continuous flows of subjects in the conformation of daily mobility, due to the need for access and appropriation of goods and services, concentrated in the small city, by the subjects of rural spaces. However, this dynamic is neglected in official documents that advocate the actions of the public power, especially municipal one, such as the Urban Master Plan. This article aims to analyze the reflexes of the relevance given to the matter on official documents in the concrete reality of the subjects residing in rural spaces in the municipality of Barra do Choça/BA. To this end, theoretical research, qualitative and quantitative data collection, and document analysis were all performed. It has been found that the neglect of daily mobility on official documents is reflected in the denial of subjects living in rural spaces and that the actions of the municipal government to answer the demands of this dynamic are palliative and insufficient.

Keywords: Urban and rural spaces; Daily mobility; Urban Master Plan.

¹ Mestra em Geografia pelo Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGEO/UESB. Docente do componente curricular Geografia na rede estadual de Educação do estado da Bahia. E-mail: njoscimara@yahoo.com.br. Registro ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8819-0379>.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

1. INTRODUÇÃO

Constantemente em voga, a questão da mobilidade urbana é tida como um tema que deveria ter uma centralidade nos planejamentos e nas ações dos gestores municipais, mormente das metrópoles e das cidades médias. Em 2013, foi amálgama que embasou as manifestações que tomaram conta das ruas de alguns dos grandes centros urbanos do Brasil, as Jornadas de Junho de 2013 empreendidas pelo Movimento Passe-livre.

Intimamente atrelada, principalmente, às necessidades de trabalho e de educação, a mobilidade que ocorre nos espaços urbanos das grandes e das médias cidades, adjetivada por Baldraia (2017) como cotidiana, é imbuída de desigualdades que se expressam nas formas de se vivenciar e de se apropriar da cidade. O autor, ao cotejar as condições de realização dessa dinâmica em espaços urbanos, após a implementação do Plano Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), afirma que não houve progressos, mas sim uma piora das condições sob as quais ela é realizada.

Por sua vez, para Balbim (2016), a mobilidade cotidiana nos espaços urbanos, caracterizada por ser circular (ida e volta) e interna ao espaço de vida dos sujeitos, sem necessariamente ocorrer mudança do local de permanência deles, deve ser vista de forma sistêmica, a fim de que as políticas públicas e as ações dos agentes políticos não sejam parciais e/ou superficiais, pois ela está relacionada a condições sociais mais amplas, que ultrapassam os interesses e necessidades pessoais.

No entanto, parte-se da premissa de que a questão da mobilidade cotidiana é uma questão negligenciada, inclusive, nos municípios com pequenas cidades. Esses espaços citadinos apresentam uma dinâmica, não atrelada somente ao trabalho e à educação, delineada, também, por sujeitos residentes em espaços rurais, cujos acessos à cidade viabilizam trocas materiais e simbólicas e representam a realização de necessidades vinculadas à reprodução da vida.

Espaços urbanos e rurais apresentam relações interdependentes que se expressam também nos fluxos contínuos de sujeitos que moram na cidade e que trabalham no campo, assim como dos que residem no campo e que mantêm com a cidade uma relação de dependência, sobretudo no que concerne aos serviços concentrados no espaço citadino, como saúde, educação, serviços bancários, comércio entre outros, ausentes ou incipientes nos espaços rurais. Essa relação estreita é mais perceptível em municípios com pequenas cidades, como em Barra do Choça/BA, em que a pequena cidade, tida assim não só por questões do quantitativo

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

populacional, tem como função primordial, sob os ditames das relações em redes forjadas pela necessidade de reprodução ampliada do capital, intermediar as relações entre os espaços urbanos e rurais do município.

Viabilizadas também pela mobilidade cotidiana, campo e cidade apresentam liames que se concretizam, inclusive, mediante trocas materiais e simbólicas desinentes, sobremaneira, de necessidades que vão além do trabalho e da educação, pois abrangem o consumo de bens e de serviços concentrados na cidade e o intercâmbio entre os modos de vida rural e urbano e que conformam as sociedades rurais (COUTINHO; FIÚZA, 2019). Dessa maneira, a mobilidade cotidiana entre espaços urbanos e rurais não pode ser tida como mero deslocamento, haja vista que ela não é um fim em si mesmo, mas um meio pelo qual é garantida a reprodução das formas de sociabilidade e da vida nos espaços rurais.

Entretanto, essa dinâmica não ocorre de forma fluida, sem óbices consideráveis, pois há desigualdades atinentes ao quantitativo limitado de transportes que possibilitam a fluidez socioespacial entre esses lugares, bem como há uma limitação nos turnos e horários de operacionalização dos modais utilizados para tal finalidade, além das condições desfavoráveis das estradas e da ausência de sanitários e de bebedouros nos pontos de apoio dos modais coletivos. Isso afeta a reprodução da vida dos sujeitos, pois estes têm seus direitos restritos, também, devido às dificuldades para a concretização dessa demanda.

Formalmente, a questão da mobilidade cotidiana entre os espaços urbanos e rurais é relegada em documentos oficiais. Apesar do Plano Nacional de Mobilidade Urbana, Lei nº 12.587, sancionado em três de janeiro de 2012, preconizar os objetivos, os princípios e as diretrizes para a implementação do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, inclusive nos territórios municipais com população acima de 20.000 habitantes, a questão se restringe à mobilidade urbana e não abrange a dinâmica cotidiana tecida entre os espaços urbanos e rurais (BRASIL, 2012). Tampouco ela é abarcada no Plano Diretor Urbano de Barra do Choça/BA de forma mais incisiva e nas ações do poder público municipal de forma mais efetiva.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a formalização ou não em documentos oficiais da mobilidade cotidiana, tramada entre os espaços urbanos e rurais e intermediada pela pequena cidade, interfere em sua realização concreta e na reprodução da vida dos sujeitos. Para isso, foram realizadas pesquisas teóricas, a coleta de dados qualitativos e quantitativos, mediante observações *in loco*, realização de entrevista junto ao representante do

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

poder público municipal, coleta de dados em órgãos oficiais e em mídia de informação local, além da análise documental².

Entende-se que os documentos legais, instrumentos que consolidam planejamentos, e as condições objetivas dos sujeitos constituem interfaces de uma mesma realidade e que estão intimamente atrelados na resolução ou na (re) produção de desigualdades.

A ausência da questão da mobilidade cotidiana entre espaços urbanos e rurais em documentos legais tem consequências diretas e indiretas nas condições concretas dos sujeitos dos espaços rurais de realizarem a mobilidade cotidiana, o que contribui para o recrudescimento de desigualdades e para a (re) produção da condição de (i) mobilidade. Essa, produzida e mantida sob o respaldo legal, à margem das políticas municipais de mobilidade, nega os sujeitos dos espaços rurais, pois limita o acesso deles aos equipamentos e serviços essenciais à reprodução da vida, que estão vinculados também a direitos fundamentais, concentrados nos espaços citadinos.

2. A RELAÇÃO IMBRICADA ENTRE CIDADE/CAMPO E URBANO/RURAL NO BOJO CAPITALISTA

Com base em Gruner (2006), entende-se que a aparência, as formas visíveis, não é autoexplicativa, mas interdependente da essência, o que permite compreender que campo e cidade, as formas materializadas no espaço, não são autônomas, mas resguardam uma relação dialética com processos explicativos mais amplos, que ultrapassam os interesses e necessidades da escala local. Formas e processos permitem desvelar as relações imbricadas mantidas entre o campo e a cidade, entre os espaços urbanos e rurais engendradas pelo processo de amadurecimento das relações capitalistas, principalmente, mediante a reestruturação produtiva, orquestrada pela produção de uma nova divisão social e territorial do trabalho, em virtude da mundialização do capitalismo nos anos de 1970.

Entender campo e cidade perpassa pela premissa seminal de que esses espaços não são dicotômicos, mas sim imbricados no bojo do modo de produção hodierno, haja vista que cumprem funções específicas que asseguram a reprodução das condições objetivas e subjetivas

² Parte dos dados qualitativos e quantitativos apresentados foi coletada durante a pesquisa de campo realizada em 2018 para a produção da dissertação do Mestrado em Geografia e outra parte foi coletada em 2020 para a produção deste artigo.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

que se entremeiam na reprodução das formas de sociabilidades inerentes ao capitalismo e que norteiam a reprodução da vida³.

A compreensão de campo e cidade exige a apreensão interdependente entre condições objetivas e subjetivas arraigadas na relação dialética entre formas e processos que norteiam a (re)produção do espaço geográfico e da sociedade.

A unidade dialética entre sociedade e espaço só pode ser compreendida ao levar-se em consideração a indissociabilidade entre condições objetivas e subjetivas que se coadunam na (re)produção espacial, pois “Diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes e os padrões geográficos daí resultantes ostentam o sinal evidente da sociedade que usa e organiza o espaço.” (SMITH, 1988, p. 122). Sobre a relação entre sociedade e espaço:

[...] uma sociedade só se torna concreta através do seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas. (HARVEY, 2012, p.29)

As condições objetivas e as subjetivas não podem ser vistas de forma desvinculada. Elas se inter-relacionam de modo complementar e (re)produzem as bases materiais e imateriais fulcrais para a reprodução de sociabilidades que condicionam o substrato material do espaço e a reprodução da vida dos sujeitos, norteadas, também, pela divisão social do trabalho. Dessa maneira:

[...] o substrato condiciona as relações sociais em si mesmo por bloquear, facilitar e dificultar etc. através de sua materialidade (infraestrutura boa ou ruim, que atrai ou afasta investimentos; espaços bem cuidados ou não, que atraem ou repelem visitantes; espaços que favorecem ou desfavorecem o encontro casual, a assembleia, o debate entre cidadão...). Mas também condiciona por ser o “portador” de símbolos e mensagens, inscritos formal ou informalmente no mobiliário urbano e, mais amplamente nos objetos geográficos da paisagem que colaboram para o bem e para o mal, para a socialização e a (de)formação de hábitos, costumes e mentalidades. (SOUZA, 2015, p. 74)

A configuração presente nos espaços, além de produto social, é detentora de uma potencialidade capaz de condicionar as relações sociais, assim como o domínio e a apropriação dos objetos materiais e imateriais pelos sujeitos, conforme as relações estabelecidas pelas classes sociais, tanto no âmbito material quanto no simbólico.

Com base em Tonet (2013), mudanças nas condições objetivas da sociedade implicaram e implicam em transformações na forma de sociabilidade. Isso é verificável, por exemplo, nas mudanças de sociabilidade acarretadas pelas transformações objetivas nas condições técnicas de

³ Não se trata da reprodução da vida somente no sentido biológico.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

produção capitalista, assentadas sob uma base científica. Essa, segundo Mészáros (2004), apresenta um caráter pragmático/utilitarista, pois o conhecimento deixou de ter um aspecto contemplativo para assumir um caráter prático/ativo.

As mudanças técnicas, fundamentadas na ciência, erigiram uma maior articulação entre os lugares sob os ditames da racionalidade produtiva e, inclusive, uma relação interdependente entre campo e cidade, subsumindo os antagonismos mediante a produção de uma relação dialética entre esses espaços sociais, que assumem uma configuração marcada por desigualdades e diferenças espaciais complementares. Elas não são efeitos colaterais, anomalias, tampouco exceções, mas a regra geral que fundamenta a reprodução das relações capitalistas.

A materialidade da cidade e do campo, bem como as imaterialidades que os constituem e que são constituídas por eles, não são dissociadas de processos mais amplos e de especificidades locais que se coadunam. As condições objetivas e subjetivas não são (re)produzidas de forma deliberada, mas apresentam um embasamento racional assentado em processos que configuram as formas de sociabilidade impingidas e forjadas no bojo produtivo.

Campo e cidade, dessa maneira, são pares dialéticos no âmago das relações produtivas, imbuídos de contradições que se manifestam tanto na materialidade quanto na imaterialidade desses lugares. Porém, eles não são autoexplicativos, pois estão inter-relacionados a processos mais amplos que abarcam, assim como ultrapassam, a escala local. A compreensão de campo e cidade perpassa pelo desvelamento da essência que os configurou e que os configuram, cujas relações societárias são permeadas de ideologias e construções simbólicas que moldam as formas de pensar e de agir dos sujeitos, pois se entremeciam na reprodução da vida.

Há limites no que concerne ao conhecimento, pois nossos sentidos são insuficientes para abarcarem a realidade, já que o visível é apenas uma parte de um todo, conforme Gruner (2006). Portanto, as formas concretas não têm autonomia explicativa. Além disso, a razão também não é autossuficiente.

O autor aponta que o caminho é a práxis fundamentada na relação conhecimento/transformação em que, de acordo com ele, somente o proletariado, tido como categoria analítica, é capaz de realizá-la, pois:

Somente a atividade transformadora, em sentido muito amplo do termo, pode gerar o tipo de raciocínio que seja capaz de captar a relação de tensão ou de conflito não resolvido entre a (falsa) totalidade e aparente apresentada pelo capitalismo e o (invisível aos olhos) processo de produção do real. Somente essa atividade transformadora, que inclui a ‘subjetividade’ crítica, pode realizar o processo de totalização do real. (GRUNER, 2006, p. 112)

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

A cidade e o campo, enquanto formas materializadas correspondem ao visível, cujos atributos explicativos não se encerram neles, mas que só podem ser abarcados ao se desnudar os processos subjacentes que estão inter-relacionados à configuração da materialidade e da imaterialidade que os constituem, à reprodução das condições objetivas e subjetivas que permitem desvelar as dinâmicas, símbolos e ideologias incrustadas nas formas visíveis e que fundamentam as formas de sociabilidade.

Nesse sentido, cidade e campo não podem ser escrutinados sem a consideração também do conteúdo que os animam e que são imanentes às materialidades, o urbano e o rural. Segundo Bernadelli (2013), rural e urbano são conteúdos que não se restringem, respectivamente, ao campo e à cidade. Eles se coadunam no território e norteiam as práticas sociais.

Sob os ditames da reestruturação produtiva do capital, houve a generalização do urbano no território, o que viabilizou a constituição de uma sociedade urbana, segundo Sobarzo (2013). Entretanto, isso não significou a dissolução do rural, mas acarretou uma relação imbricada entre urbano e rural, mediante transformações nas formas de sociabilidade, nos valores e na simbologia implicadas nas relações societárias estabelecidas no e entre campo e cidade.

O Decreto-Lei 311 de 02 de março de 1938 dispõe sobre a divisão territorial do Brasil e considera como urbana a sede do município, a cidade, e a sede do distrito, a vila. Os demais espaços, que não se encontram no perímetro urbano, são considerados rurais (BRASIL, 1938). Com finalidades estatísticas, nas definições do IBGE, espaços urbanos e rurais são tidos como recortes espaciais baseados em condições concretas que envolvem critérios de dispersão e de aglomeração de edificações.

Apesar de se acreditar que o quantitativo populacional e as condições materiais presentes nos lugares sejam insuficientes para se abarcar as dinâmicas subjacentes, adotaram-se aqui, com fins metodológicos, espaços rurais e urbanos enquanto recortes espaciais. Em decorrência da difusão de novos valores, simbologias e formas de vida no território, atinentes à extensão do urbano, este tido como conteúdo, esses recortes espaciais não são dicotômicos, dissociados, mas imbricados, de modo que ambos exercem funções complementares que perpassam pelas relações societárias e que imprimem na materialidade temporalidades diversas.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

2.1 O PAPEL DA PEQUENA CIDADE NA DINÂMICA DA RELAÇÃO ENTRE ESPAÇOS RURAIS E URBANOS EM BARRA DO CHOÇA/BA

No Brasil, são consideradas pequenas cidades os núcleos urbanos com população de até 50 mil habitantes. O município de Barra do Choça apresenta um contingente populacional, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 31.209 habitantes (IBGE, 2020).

Conforme dados coletados pelo Censo 2010, a população era de 34.788 habitantes, sendo 63% dela concentrada nas áreas urbanas do município. Em 2010, 19.333 pessoas residiam na cidade (IBGE, 2012). Desse modo, pode-se considerar a sede de Barra do Choça como sendo uma pequena cidade.

Entretanto, o parâmetro quantitativo é insuficiente para se abarcar o papel e as particularidades das cidades nas dinâmicas multilaterais mantidas entre elas e na configuração material e imaterial municipal. É preciso também abranger as especificidades qualitativas, que não são passíveis de mensuração: o papel que elas exercem nas redes urbanas e nas redes tecidas entre os espaços urbanos e rurais que compõem os municípios.

Parte-se do pressuposto, defendido por Maia (2010), de que as pequenas cidades devem ser analisadas no bojo do processo de urbanização enquanto particularidades, singularidades, e não como uma realidade à parte. Sob essa perspectiva teórico-metodológica, suas formas e conteúdos assumem papéis preponderantes na dinâmica estabelecida entre cidades em suas diferentes escalas e dimensões.

As pequenas cidades apresentam relações mais estreitas com campo e intermediam a relação entre as vilas e os povoados com as cidades médias e com as metrópoles (SANTOS, 2009). No bojo das redes urbanas, elas se caracterizam pelo alto grau de dependência dos serviços disponíveis nas cidades médias, segundo Maia (2010), o que se reflete nos fluxos contínuos de pessoas e de bens materiais e imateriais entre pequenas cidades e médias.

Na relação em redes entre as cidades, sob a perspectiva da hierarquia, há a ideia implícita de que os fluxos são unidirecionais, direcionados, sobretudo, aos polos. No entanto, os fluxos materiais e imateriais entre as cidades são também multidirecionais, apesar de que não se pode negar a centralidade de algumas cidades em relação a outras, no tocante à concentração de serviços e equipamentos.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

Os fluxos de pessoas, mercadorias e informações entre os espaços urbanos, na rede mantida entre cidades, são tanto sobrepostos quanto justapostos, pois as redes são multidimensionais e multiescalares, segundo Haesbaert (2019).

As pequenas cidades, além de intermediarem as relações entre vilas e povoados com as cidades médias e as metrópoles, porque é a instância mais próxima com o campo, são também portadoras de uma centralidade relativa, emaranhada por entrelaçamentos e justaposições de relações endógenas e exógenas ao lugar que engendram particularidades, liame das formas de sociabilidades eivadas de simbologias singulares.

Essa centralidade relativa foi e é (re)produzida também pelo movimento, pela dinâmica de articulação entre os espaços urbanos e rurais, proporcionada pela mobilidade material, imaterial e de sujeitos e pelas condições materiais (objetivas), presentes no espaço citadino, balizadoras ou não da possibilidade de uma apropriação simbólica e material que ensejam a construção de uma identificação social e que norteiam as formas de sociabilidade locais.

Conforme Coutinho e Fiúza (2019), a mobilidade cotidiana, sinonímia de deslocamentos rotineiros, permite entender a estruturação da vida das sociedades rurais e é uma dinâmica que difere da que ocorre nos espaços urbanos, haja vista que ela não tem como principais motivações as necessidades de acesso ao trabalho e à educação.

Ainda de acordo com as autoras, essa dinâmica realizada pelos sujeitos dos espaços rurais está vinculada, principalmente, ao consumo de bens e de serviços concentrados no espaço citadino e é imbuída de simbologias e significados atinentes ao perfil etário e de gênero dos sujeitos rurais que a realizam, o que viabiliza um intercâmbio material e simbólico entre espaços urbanos e rurais sob os ditames de generalização do urbano no território.

Entretanto, para elas, isso não significa uma homogeneização cultural, por meio da submissão do rural ao modo de vida urbano, mas sim uma ressignificação do modo de vida e das formas de sociabilidades rurais. Nesse sentido, “[...] estudar as características deste tipo de mobilidade considerando-se os moradores do campo pode trazer importantes informações sobre a dinâmica social em pequenos municípios, que representam a maioria dos municípios brasileiros” (COUTINHO; FIÚZA, 2019, p.61).

A dinâmica da mobilidade cotidiana permite desvelar a tessitura de relações entre espaços urbanos e rurais que conformam e legitimam a centralidade relativa das pequenas cidades e que delineiam as formas de sociabilidades que embasam as práticas socioespaciais, pois ela,

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

juntamente com técnicas de comunicação, viabiliza trocas materiais e simbólicas que transformam as relações sociais e a configuração material no campo e na cidade.

Em relação à cidade de Barra do Choça, essa centralidade relativa é expressa pela concentração de serviços e de equipamentos no espaço citadino que atraem os moradores dos espaços rurais e configuram fluxos contínuos de sujeitos entre os espaços do município, decorrentes de necessidades prementes atreladas, também, à reprodução da vida. Essa dinâmica foi gestada por mudanças produtivas no campo do município, o que acarretou transformações não só nas relações sociais, como também na materialidade no campo e na cidade.

2.2 TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA ENTRE ESPAÇOS URBANOS E RURAIS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA/BA SOB OS DITAMES DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO CAMPO

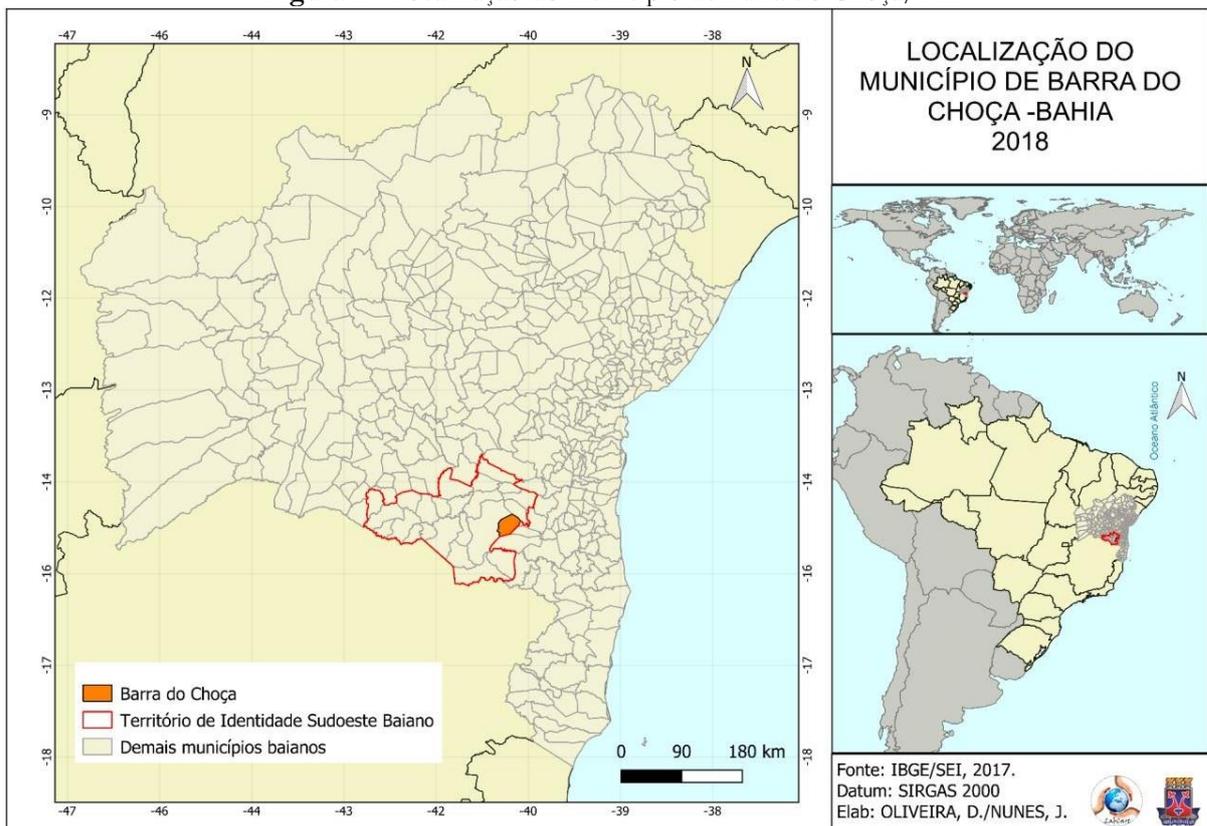
Sob a cadência de mudanças produtivas advindas da modernização conservadora empreendidas no campo de Barra do Choça/BA, nos anos de 1970, capitaneadas pela reestruturação produtiva do capital, que delineou uma nova divisão territorial e social do trabalho, tanto nos espaços urbanos quanto nos espaços rurais do município, transformações nas relações e na configuração desses espaços foram engendradas, além de terem sido produzidas novas formas de sociabilidades entre os espaços urbanos e rurais.

O município de Barra do Choça/BA, localizado no Território de Identidade Sudoeste Baiano (ver Figura 1), destaca-se pela atividade cafeeira, implantada no município em 1972, como parte do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais do Brasil, instituído pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), com subsídios financeiros e técnicos ofertados pelo Estado (MACEDO, 2009).

Consoante Macedo (2009), o processo de implantação da cafeicultura foi caracterizado pela modernização conservadora, mediante a expropriação do campesinato e a sua metamorfose em trabalhador rural, em que os pequenos proprietários foram destituídos de suas condições objetivas de trabalho. Eles não tiveram acesso aos aparatos técnicos de ordem físico-mecânicos, biológicos e químicos necessários para desenvolverem a atividade cafeeira (MACEDO, 2009).

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. *Geomae, Campo Mourão*, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

Figura 1 - Localização do município de Barra do Choça/BA



A implantação cafeeira no município foi acompanhada de transformações nas relações trabalhistas, do processo de migração e, por conseguinte, do aumento populacional e da expansão da malha urbana (SANTOS, 1987). Além disso, houve também uma reestruturação do urbano e da cidade (MACHADO, 2009) e transformações na configuração material e imaterial nos espaços rurais.

Doravante, as transformações produtivas não ficaram restritas ao campo barrachocense, tampouco às formas materializadas nos espaços. Uma nova dinâmica social e mudanças na configuração material da cidade e do campo, assim como nas formas de sociabilidade e nos conteúdos urbanos e rurais, foram produzidas. Houve um aumento populacional expressivo na cidade e em outros recantos do município, cujos migrantes foram atraídos pela possibilidade de trabalho nas lavouras. Ademais, ocorreu a dotação de equipamentos e de serviços, sobremaneira na cidade, em virtude da atividade cafeeira.

Conforme Macedo (2009), as relações trabalhistas na cafeeira são precárias, pois os trabalhadores são volantes e, em sua grande maioria, recebem por produtividade e não dispõem

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

de equipamentos adequados para realizarem suas atividades laborais. Os alojamentos, para aqueles que permanecem no local de trabalho, são precários, segundo a autora.

Entretanto, uma parcela expressiva de trabalhadores rurais da cafeicultura retorna para casa ao final do dia. Estes correspondem a 87,5% do total dos trabalhadores volantes (MACEDO, 2009). Dessa maneira, no período da colheita do café, é tecida uma dinâmica de fluxos diários entre os espaços urbanos e rurais do município, impulsionados pelo trabalho.

Tanto os espaços rurais quanto espaços urbanos de Barra do Choça são locais de residência de trabalhadores rurais. Assim como há moradores da cidade que desenvolvem outras atividades de cunho trabalhista nos espaços rurais, como os servidores municipais da saúde e da educação.

Porém, os fluxos entre os espaços urbanos e rurais não se limita à questão da mobilidade do trabalho. Nos municípios com pequenas cidades há uma dinâmica de mobilidade entre os sujeitos que residem nos espaços rurais e a cidade, caracterizada pela circularidade, seja diária, semanal ou mensal, atrelada não só ao trabalho e aos estudos, mas também a outras necessidades, como compras, atividades religiosas e acesso à saúde e ao lazer (COUTINHO, 2014).

No que se refere ao município de Barra Choça, ela é motivada pela necessidade de acesso aos bens e serviços não disponíveis nos espaços rurais do município, como serviços bancários, feira livre, comércios, serviços educacionais (acesso ao ensino médio)⁴, serviços odontológicos e serviços médicos específicos que não disponíveis nos postos de saúde, como a internação hospitalar⁵.

Os espaços urbanos e rurais mantêm relações constantes que viabilizam a produção e reprodução de formas de sociabilidades, tornando-os cada vez mais imbricados. Isso se resvala nas condições objetivas e subjetivas que embasam as condições de reprodução dos modos de vida rurais e urbanos, bem como da configuração material presente no campo e na cidade, imbuída de similitudes e de diferenças particulares complementares que embasam as particularidades presentes nos espaços rurais e urbanos.

A mobilidade cotidiana tornou-se, dessa maneira, uma condição indispensável para a reprodução do modo de vida nos espaços rurais, que se encontram eivados de novos conteúdos materiais e simbólicos, produtos e condições que permeiam as relações societárias desinentes da generalização do urbano no território. Um exemplo que comprova isso é o fato de os moradores

⁴ O município de Barra do Choça/BA apresenta duas unidades escolares de Ensino Médio: uma está localizada na sede do distrito de Barra Nova e a outra, na cidade.

⁵ Fonte: Pesquisa em campo, 2018.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

dos espaços rurais realizarem, aos sábados, compras na feira livre e em supermercados na cidade de Barra do Choça. Além de se dirigirem à cidade durante os dias úteis da semana, principalmente de forma mensal, para terem acesso aos serviços bancários, como receber pagamentos de aposentadorias e do programa social bolsa-família.⁶

Além disso, há muitos estudantes residentes nos espaços rurais do município que se dirigem à cidade para cursar o Ensino Médio ou para ter acesso aos transportes universitários (vans particulares) que os levam à cidade vizinha, Vitória da Conquista, onde há várias unidades que ofertam ensino superior⁷. Dessa maneira, além de se constituir e de se reafirmar diariamente como uma centralidade relativa, a cidade de Barra do Choça intermedia a relação dos sujeitos dos espaços rurais com outros espaços citadinos, com espaços urbanos fora dos limites territoriais do município.

Entretanto, a realização dessa dinâmica no município é constituída de desigualdades que perpassam não só pelas condições individuais dos sujeitos, mas que abrangem as condições operacionalização dos transportes coletivos, como também as condições das estradas e dos pontos de apoio dos modais, o que exige ações mais efetivas do poder público municipal.

3. MOBILIDADE COTIDIANA E POLÍTICAS MUNICIPAIS DE MOBILIDADE EM BARRA DO CHOÇA/BA

Consoante Balbim (2016), a mobilidade, categoria central na análise do espaço urbano, é polissêmica e sistêmica. Aquela está associada ao fato de ser um termo usualmente vinculado aos transportes, à acessibilidade, à circulação e ao trânsito. Esta é justificada por haver diferentes tipos de mobilidade que se inter-relacionam e que estão vinculadas aos contextos mais amplos, inclusive às condições de classe dos indivíduos, para além dos interesses pessoais. Porém, a mobilidade abarca, mas também transcende os termos aos quais ela é constantemente vinculada (BALBIM, 2016).

Para o autor, há mobilidades relacionadas ao ser, sendo elas mobilidade social, do trabalho, essencial e simbólica, e há mobilidades geográficas, que se articulam em torno das dimensões espaciais e temporais – mobilidade cotidiana, mobilidade residencial, o turismo e as migrações. Elas se articulam e delineiam as práticas socioespaciais e devem ser vistas de formas

⁶ Fonte: pesquisa de campo, 2018 e 2020.

⁷ Fonte: Pesquisa em campo, 2018.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

sistêmica, até mesmo para subsidiar as políticas públicas urbanas de modo que não contemplem somente os fixos, mas que abranjam os fluxos urbanos (BALBIM, 2016).

No que tange às formas de mobilidades geográficas, ele assevera que elas são definidas pela temporalidade (tempo em que ocorrem) e pela espacialidade (lugar de permanência dos sujeitos). Em relação à mobilidade cotidiana, ela é detentora de uma temporalidade específica (movimentos de ida e de vinda em breves períodos de tempo) e é caracterizada por ocorrer nos espaços internos de vida dos sujeitos. Sobre isso, o autor afirma que:

[...] temporalidades curtas e diárias, ritmos sociais da vida cotidiana, dizem respeito à mobilidade cotidiana. É um tempo recorrente, repetitivo, que implica retorno cotidiano à origem. Sua repetição forja hábitos ao longo do tempo da vida e conforma práticas espaciais, mecanismos de reprodução do cotidiano. (BALBIM, 2016, p.30)

Destarte, assim como na cidade, a mobilidade cotidiana não é meramente deslocamento, percorrer espaços urbanos e rurais, interconectando os nós por meio de fluxos mediatizados por sistemas técnicos, desenhando-se redes. Ela é imbuída de significados imanentes não só ao acesso, mas também à apropriação ou não do/no espaço, construídos pelas formas de sociabilidade embasadas sob um conteúdo material e imaterial ressignificados.

Gomes (2015), ao analisar a mobilidade socioespacial mediante os deslocamentos entre o campo e uma cidade pequena, assevera que essa dinâmica viabiliza uma interação espacial que abrange a existência, a reprodução e a transformação social. Ela, ainda de acordo com o autor, possibilita trocas de diferentes intensidades entre os espaços, que são articulados por meio de condições técnicas. Esse intercâmbio possibilita que:

[...] cada vez mais, torna-se superada uma visão que distingue e coloca em extremos o campo e a cidade, visto que hoje tais espaços se tornam progressivamente mais articulados devido à melhoria das estradas, ao acesso aos diversos meios de transporte e de comunicação, bem como pela mobilidade da população que tende a atenuar os comportamentos diferentes e dificultar a observação direta das diferenças entre os dois tipos de espaços.” (GOMES, 2015, p.1)

Os modais de transporte, desse modo, possibilitaram o rompimento com as barreiras naturais, ainda que de forma desigual, além de terem viabilizado a ampliação da escala de ação dos sujeitos, subsumindo as dualidades espaciais, mormente entre campo e cidade, espaços rurais e urbanos. Essa interação proporciona ainda uma ressignificação dos conteúdos que embasam as relações sociais, pois:

O consumo modificaria as relações entre significantes e significados e criaria uma imagem dos rurais sobre a sociedade urbana, mas também, sobre eles

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

mesmos. Até mesmo os espaços mais isolados recebem serviços comerciais e culturais por meio das escolas, imprensa, mercado de trabalho, turismo, e também por meio dos pendulares do campo que estão, cada vez mais, marcados pela interação com o ambiente citadino. (COUTINHO, 2014, p.30)

Formas de sociabilidade são modificadas e ou produzidas, sem necessariamente o desaparecimento completo das precedentes, viabilizadas pelas relações multilaterais entre o campo e a cidade, entre os espaços urbanos e rurais⁸. O rural e o urbano, conteúdos subjacentes à materialidade, são constantemente ressignificados.

Haesbaert (2019), ao discutir o território sob uma perspectiva integrada, que coaduna estabilidade, fixidez e movimento, frisa sobre o papel dos transportes e dos sistemas de comunicação na transformação das experiências vivenciadas pelos sujeitos, que proporcionam a construção da multiterritorialidade, ainda que limitada e desigual conforme as geometrias de poder.

Dessa maneira, mais do que transitar entre territórios, percorrer espaços no sentido euclidiano, de distâncias físicas, há também a questão intrínseca relativa ao domínio e à apropriação territorial na construção de nossa multiterritorialidade. Para Haesbaert (2019), ela não é condicionada somente por questões econômicas, mas também por questões culturais, identitárias e sociais, moldadas, muitas vezes, por interesses alheios aos nossos, impingidos por agentes e/ou sujeitos sociais que detêm o controle e o domínio sobre o território.

No que tange à mobilidade cotidiana entre espaços urbanos e rurais, os limites de realizá-la estão relacionados não só às condições das estradas ou à capacidade financeira individual, mas também à falta de uma política municipal de mobilidade ampla que abranja tanto a mobilidade urbana quanto essa dinâmica.

No dia 3 de janeiro de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.587 que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana para a implantação do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, inclusive, nos territórios municipais com população acima de 20.000 habitantes, que tinham que elaborar até o ano de 2015 o plano municipal de mobilidade urbana, integrado e compatível com o plano diretor urbano (BRASIL, 2012).

Baldráia (2017), ao perscrutar a mobilidade que ocorre nos espaços urbanos de algumas grandes cidades do Brasil, adjetivada por ele de cotidiana, associada aos modais motorizados, afirma que não houve progressos quanto às condições em que ela ocorre após a promulgação do

⁸ Espaços urbanos e rurais são tidos aqui como recortes espaciais, sinônimos dos termos popularizados como sendo recortes político-administrativos, zona urbana e rural.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

Plano Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU). Na verdade, houve um recrudescimento de problemas relativos às questões ambientais e às condições técnicas e logísticas, o que interfere nas condições de vida nas cidades.

Em relação aos municípios com pequenas cidades, apesar de o documento prever a elaboração do plano de mobilidade em âmbito municipal, essa lei não abarca a dinâmica de mobilidade realizada entre os espaços urbanos e rurais. Ela não abrange a produção de condições de infraestruturas e de acesso aos modais de transporte que atendam as demandas das áreas rurais dos municípios (BRASIL, 2012). No que se refere ao município de Barra do Choça, ele ainda não dispõe do Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

O Plano Diretor Urbano de Barra do Choça foi elaborado no ano de 2006, na gestão do então prefeito Gesiel Ribeiro, conforme prazo estipulado pela Lei nº 10.257/2001 (BARRA DO CHOÇA, 2006) e elenca reivindicações tanto de sujeitos residentes nos espaços urbanos quanto dos residentes nos espaços rurais do município.

Apesar de ser anterior ao Plano Nacional de Mobilidade Urbana, que norteia o planejamento da mobilidade no âmbito municipal, o plano diretor abrange alguns aspectos referentes à mobilidade cotidiana, porém de forma pontual: melhorias das condições das estradas das áreas rurais, cujas demandas foram levantadas durante consulta junto à população no momento de elaboração do documento (BARRA DO CHOÇA, 2006). Algumas reivindicações foram cumpridas, como a pavimentação da estrada que interliga a cidade com o distrito de Barra Nova, obra concluída em 2012. Em relação aos espaços rurais, como os povoados do município, as mesmas demandas são constantemente reivindicadas.

A ausência dessa questão nas ações e nos planejamentos de forma mais ampla, mormente municipal, representa o controle territorial e corpóreo impingido àqueles socialmente desprivilegiados, alijando-os da possibilidade de acesso às condições objetivas de reprodução da vida.

Pouco tratadas em documentos legais ou mesmo ausentes em tais instrumentos, as dificuldades de realização da mobilidade cotidiana entre os espaços urbanos e rurais nos municípios com pequenas cidades são legitimadas e reproduzidas, de forma concreta, sob o respaldo da relegação formal, porquanto as devidas ações e planejamentos que deveriam atender essa dinâmica são ausentes ou insuficientes.

A insatisfação com as condições objetivas para a realização da mobilidade cotidiana já resultou em ações coletivas dos próprios populares de espaços rurais do município para prover os

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. *Geomae, Campo Mourão*, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

meios necessários para realizá-la, como pode ser constatado na manchete da Figura 2, cuja matéria foi divulgada no dia 27 de maio de 2020 por uma mídia de informação local.

Figura 2 - Ação dos moradores de uma localidade rural de Barra do Choça/BA para a desobstrução de estradas, 2020



Cansados de esperar pelo prefeitura municipal, os moradores, através de sua associação, resolveram arregaçar as mangas e fizeram o serviço de limpeza dos córregos, pois, devidos as chuvas, ficaram obstruídos impossibilitando a passagem dos moradores. O trabalho teve início no sábado e se estendeu ao domingo e até segunda-feira (25).



Fonte: Blog do Jorge Amorim, 2020. Acesso realizado em 10 out. 2020.

É válido ressaltar que essa questão não é recente, mas perpassou por diferentes governos e é alvo de reclamações recorrentes, feitas pelos moradores de diferentes espaços rurais do município de Barra do Choça, inclusive, em sessões da Câmara realizadas de forma itinerante, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Principiais reivindicações em reuniões e em sessões da Câmara municipal de Barra do Choça/BA, entre 2011 e 2018

Data	Local de sessão	Reivindicações
25.03.2011	Povoado Cafezal	Melhorias nas estradas e segurança na estrada do Cangussu
22.05.2013	Reunião no povoado Cafezal	Melhorias nas estradas da localidade
29.05.2013	Povoado Boa Vista	Melhorias nas estradas da localidade
29.09.2014	Povoado Cafezal	Pavimentação da estrada Cafezal
29.04.2017	Povoado Cafezal	Patrolamento das estradas de localidades próximas
27.05.2017	Povoado Boa Vista	Reclamação sobre as condições das estradas: buracos e matagal
17.04.2018	Câmara de vereadores	Carro da saúde quebrado e condições ruins das estradas do Sossego

Fonte: Blog do Jorge Amorim. Coleta realizada em 22 jun. 2018. Elaboração: Joscimara Nunes Lemos, 2018.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

Consoante o secretário da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Enilson Gomes, os sujeitos das localidades rurais enviam ofícios e ligam para a secretaria a fim de cobrar melhorias nas localidades, sobretudo após o período de intensas chuvas que modificam as condições das estradas⁹.

As ações do poder público municipal, no entanto, são esporádicas e paliativas. Elas se resumem ao patrolamento e ao cascalhamento das estradas rurais. Conforme informações prestadas pelo secretário, somente os transportes alternativos escolares são regulamentados pelo município. Não há nenhuma normatização ou ações de fiscalização dos transportes coletivos que possibilitam a mobilidade cotidiana entre os espaços urbanos e rurais¹⁰.

As intervenções nas vias são consideradas pelo representante do poder público municipal como sendo insuficientes, em função dos poucos recursos financeiros e da condição de obsolescência dos equipamentos utilizados na manutenção delas. Ele asseverou que a falta de equipamentos mais sofisticados interfere diretamente na durabilidade das ações de restauração das estradas rurais, que necessitam também de máquinas que possibilitem a realização de drenagem¹¹.

Além das condições desfavoráveis das vias e da ausência de normatização dos transportes coletivos, os sujeitos dos espaços rurais têm dificuldades quanto aos horários de operação dos modais de transporte. Os horários das vans, principal transporte coletivo utilizado, são insuficientes para abarcar todas as demandas dos sujeitos realizadas na cidade. Em algumas localidades, os dias e os horários de operacionalização das vans, às vezes, são irregulares. Ademais, esses transportes só saem (na ida ou na volta à cidade) quando todas as vagas são preenchidas ou têm horários de operacionalização limitados a um turno e não há nos pontos de apoios dos modais coletivos sanitários e bebedouros, com exceção da rodoviária, ponto de apoio na cidade somente dos transportes intermunicipais¹².

A reprodução da vida dos moradores fica condicionada às limitações técnicas impingidas pelas condições dos modais de transporte disponíveis. Aqueles que dispõem de transporte particular, como motocicleta e carro, por sua vez, apresentam melhores condições de realização da mobilidade cotidiana entre os espaços urbanos e rurais e, por conseguinte, maior possibilidade

⁹ Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista concedida pelo representante do poder público municipal, 2018.

¹⁰ Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista concedida pelo representante do poder público municipal, 2018.

¹¹ Fonte: Pesquisa de campo. Entrevista concedida pelo representante do poder público municipal, 2018.

¹² Fonte: Pesquisa de campo, 2018 e 2020.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

de acesso e de apropriação da/na cidade, inclusive em dias e em horários não abrangidos pelos transportes coletivos¹³.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pequenas cidades não só intermediam a relação entre os espaços urbanos e rurais, como também são o *locus* de uma centralidade relativa, produzida por relações exógenas e endógenas ao lugar e pela dinâmica de relações multidirecionais expressas pelos fluxos materiais, imateriais e de pessoas entre os espaços urbanos e rurais, viabilizados, também, pelos transportes coletivos.

Esses espaços urbanos apresentam, ainda que de forma insuficiente, as condições objetivas que asseguram a reprodução da vida dos sujeitos que residem nos espaços urbanos e rurais. Entretanto, os sujeitos dos espaços rurais não são atendidos de forma eficaz em suas demandas atreladas à necessidade de realização da mobilidade cotidiana, escopo fundamental de reivindicações realizadas pelos moradores dessas localidades.

A formalização da questão da mobilidade cotidiana em documentos oficiais, oriundos de debates com a sociedade civil e que resultem em ações que atendam efetivamente as necessidades prementes dos sujeitos residentes, sobremaneira, nos espaços rurais, não encerra em si a capacidade de resolução da questão, mas é seminal para se dê visibilidade àqueles cujas existências e demandas são frequentemente negadas de forma concreta ou atendidas de forma superficial.

Pensar na questão, debatê-la com a sociedade civil e formalizá-la poderá nortear ações pautadas em objetivos que não visem somente procedimentos paliativos e esporádicos, que não resolvem a questão de forma duradoura. Os sujeitos que residem nos espaços rurais dos municípios necessitam de condições objetivas favoráveis que permitam a eles não só o acesso, mas também a apropriação material e simbólica da cidade, dos equipamentos e dos serviços nela presentes, pois a mobilidade cotidiana tornou-se condição essencial de reprodução da vida e das formas de sociabilidades nesses espaços.

Essa dinâmica, não tida como mero deslocamento, por abranger a possibilidade de construção da multiterritorialidade, mediante uma apropriação simbólica e material do espaço,

¹³ Fonte: Pesquisa de campo, 2018 e 2020.

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

intermediada pelo uso de transportes, quando negada ou deficitária em suas condições objetivas de realização, pode significar a mutilação dos sujeitos em seus direitos, inclusive os fundamentais.

Nem todas as demandas dos sujeitos residentes em espaços rurais podem ser satisfeitas na localidade onde se encontram a residência deles, como serviços médicos e odontológicos específicos, acesso ao ensino médio, serviços bancários, feira livre, supermercados, entre outros.

As ações do poder público municipal do município de Barra do Choça têm sido, ao longo dos anos, insuficientes para a resolução da questão. Elas se restringem a ações paliativas e que não têm certa regularidade, como o patrolamento e o cascalhamento de estradas rurais.

Quando os sujeitos residentes nos espaços rurais não conseguem ter acesso à cidade em decorrência das condições das estradas e/ou ausência de transporte coletivo com horários mais amplos, eles são socialmente negados e excluídos, tornando-se sujeitos restritos e mutilados. Restritos territorialmente porque a ausência ou a insuficiência de condições objetivas que permitam realizar a mobilidade cotidiana tornam-se barreiras, não mais naturais como em períodos precedentes, mas técnicas, para a realização da vida de forma plena; e mutilados porquanto eles são alijados dos seus direitos que perpassam pelo acesso e pela apropriação da/na pequena cidade, possibilitados ou não por essa dinâmica que é viabilizada, sobretudo, por modais de transportes coletivos.

5. REFERÊNCIAS

BALBIM, R. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. *In*: BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LINKE, C. (Orgs.). **Cidade e movimento: mobilidade e interações no desenvolvimento urbano**. 1.ed. BRASILIA: IPEA, v. 1, 2016. p. 23-42.

BALDRAIA, A. dos S. Notas sobre a mobilidade cotidiana cinco anos após a política nacional de mobilidade urbana. **GEOFRONTER**, v. 2, p. 30-48, 2017.

BARRA DO CHOÇA. **Plano de desenvolvimento urbano de Barra do Choça**: relatório final do plano diretor urbano. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação regional, 2006.

BERNADELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. *In*: Sposito, M. E; Whitacker, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 33-52.

BRASIL. Decreto-Lei 311 de 02 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. **Legislação informatizada**: dados da norma. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 18 out. 2020.

Edição Especial RGeomae – SINAPEQ
V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades - 2020
“A diversidade das pequenas cidades brasileiras”

LEMOS, J. N. *Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.*

_____. Lei nº 12.587 de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. **Planalto**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm >. Acesso em: 10 out. 2020.

COUTINHO, E. A. **Mobilidade cotidiana campo-cidade: o caso dos moradores rurais de Cajuri e Coimbra/MG**. 2014. 137f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2014.

COUTINHO, E. A.; FIÚZA, A. L. de C. A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

GOMES, N. F. M. **A mobilidade socioespacial dos rurais e suas expressões cidadinas: uma análise do município de Araponga, MG**. 2015. 212f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2015.

GRUNER, E. Leituras Culpadas: Marxi(sm)os e a Práxis do Conhecimento. *In*: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular CLACSO, 2006. p. 101 – 142.

HARVEY, D. **O espaço como palavra chave**. Niterói/RJ: Geographia. vol. 14, nº 28, p. 8-39, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9672&t=sobre> >. Acesso em: 16 out. 2020.

_____. **Estimativas da população residente no Brasil e unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: < https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf >. Acesso em: 30 abr. 2021.

MACEDO, V. F. **A reestruturação produtiva do capital e o trabalho na agroindústria de Barra do Choça – BA**. 2009.139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2009.

MACHADO, J. M. **Novas relações de produção e o significado do café para o processo de urbanização em Barra do Choça/BA**. 2009. 79f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2009.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: Conferência de Abertura. *In*: HENRIQUE, W.; FERIN, D. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p.15-39.

MÉSZAROS, I. A ideologia da neutralidade metodológica e a unidade metodológica da ciência e da ideologia. *In*: **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 282 - 324.

Edição Especial RGeomae – SINAPEQ
V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades - 2020
“A diversidade das pequenas cidades brasileiras”

LEMOS, J. N. Interfaces da mobilidade cotidiana em municípios com pequenas cidades: relação entre espaços urbanos e rurais em Barra do Choça/BA. Geomae, Campo Mourão, v.12, n.especial Sinapeq, p.227-248, 2021.

SANTOS, A. L. **Produção de riqueza e miséria na cafeicultura**: As transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça - Bahia. 1987.148f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

SANTOS, J. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. *In: Bahia Análise & Dados*, v.19, n.2, jul/set. Salvador: SEI, 2009. p. 499-509.

SMITH, N. A produção do espaço. *In: Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 109 -139.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. *In: Sposito, M. E; Whitacker, A. M. (Orgs.). Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 53-64.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013. p. 29 - 62.